

N. CLASS.
CUTTER
ANO/EDIÇÃO

FACULDADE TRÊS PONTAS – FATEPS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
LARISSA GABRIELA VINAGRE

NATUREZA E SOCIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Três Pontas
2016

FEPESMIG

LARISSA GABRIELA VINAGRE

NATUREZA E SOCIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Três Pontas – FATEPS como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura sob a orientação do (a) Prof (a). Dra. Andrea Luciene Monerat Franco Mesquita.

LARISSA GABRIELA VINAGRE

NATUREZA E SOCIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Três Pontas – FATEPS como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovado(a) em: ____/____/____.

Profa. Dra. Andréa Luciene Monerat Franco Mesquita



Profa. Ma. Eliane Maria Morais Menegatto

Profa. Esp. Magali da Gloria Silva Rezende Miranda

OBS.:

NATUREZA E SOCIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Larissa Gabriela Vinagre*
Andrea Luciene Monerat Franco Mesquita**

RESUMO

Este trabalho aborda a Natureza e Sociedade. Tal abordagem que se faz necessária pelo fato de que o homem está cada dia menos preocupado com o meio ambiente e sua sociedade. Enfatizamos aqui o argumento de que as crianças na sociedade imediatista são afastadas de uma convivência com a natureza e por isso se torna necessário o trabalho pedagógico com essa linguagem de forma que reaproxime a criança ao meio natural. O objetivo deste estudo é demonstrar o conhecimento da natureza e de seus fundamentos científicos de forma a desenvolver reflexões sobre a interação entre Sociedade, Natureza e Educação. Buscou entender o porquê do ensino sobre a Natureza é, muitas vezes factual, e não experienciado. Há a necessidade da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) Este propósito será conseguido através da revisão bibliográfica. O estudo demonstrou como o homem ainda se preocupa pouco com as questões ambientais que afetam a todos. Demonstrou ainda, que este propósito poderá mudar a partir da conscientização e ensino da Natureza e Sociedade, em relação às questões ambientais na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Conscientização. Interação

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda algumas formas como o professor da Educação Infantil pode trabalhar questões relacionadas à natureza para conscientizar e sensibilizar a criança em relação ao meio ambiente e sociedade. Ensinar Natureza e Sociedade na Educação Infantil, hoje, muitas vezes ainda se baseia em fatos, e poucas experiências: em geral, é o professor quem descreve os fatos e as atividades giram em torno dele.

*Larissa Gabriela Vinagre - Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Três Pontas-FATEPS – Email: larissagabrielatp@hotmail.com

**Andrea Luciene Monerat Franco Mesquita – Profa. Dra. do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Três Pontas-FATEPS. Email: andrea@tpnet.psi.br

Sendo assim este artigo pretende demonstrar a importância da aproximação da criança da Educação Infantil com ambientes naturais, enfatizando a Natureza e Sociedade, pois de fato o que se vê atualmente é uma sociedade, que se preocupa menos com as questões ambientais vivenciadas, que gera uma vontade nas crianças de consumir cada vez mais, podendo afastá-la da natureza.

A proximidade com a natureza é de fundamental importância no dia-a-dia da criança da Educação Infantil. No entanto o contato direto com a natureza, dentro ou fora de sala de aula, precisa ser estimulado pelo educador.

Fala-se da natureza e de sua importância na vida dos seres humanos e na sociedade, mas há pouca preocupação em levar às crianças a tocarem, a sentirem, a mexerem e aproveitar os recursos que a natureza proporciona. As crianças preferem lugares abertos, arejados, amplos e que haja um contato com o natural. Neste contexto, é preciso que haja um engajamento maior por parte da sociedade, dos educadores na formação das crianças para que estas possam ter uma aproximação e uma interação maior com o meio natural.

Tal abordagem se faz necessária pelo fato de ser um assunto que afeta a sociedade como um todo, independente da idade, sexo, etnia e outros, embasando o estudo que, evidenciou a importância da sensibilização dos alunos da Educação Infantil em relação às questões ambientais, para que estes sejam capazes de compreender a necessidade de preservar e conservar os recursos naturais com os quais interagem.

2 EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Sabe-se que as questões ambientais vêm afetando bastante nossas vidas, pois o homem a cada dia interfere intensamente no Meio Ambiente e com isto prejudica todos os seres vivos.

O homem considera que o planeta Terra é uma fonte inesgotável de riquezas e desta forma vem explorando cada vez mais o meio ambiente.

A Educação Ambiental é um processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam. (CERQUEIRA [S.d],[S.p.]).

Percebe-se, que a educação ambiental deveria ser um processo de alfabetização ecológica, pois abrange diversas formas e metodologias criativas que estimulam a atenção dos

alunos promovendo uma sensibilização maior. De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Art. 2º o conceito de Educação Ambiental “é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.” (BRASIL, 2012, [S.p.]).

Um dos maiores desafios da sociedade é promover um desenvolvimento sustentável de forma rápida e eficiente, antes que seja tarde, e esta situação seja irreversível. Há um atraso neste combate, e, isso, só aumenta a conta.

Segundo Ferreira (2006, p. 47) “o Governo tem grande responsabilidade por isso que está acontecendo, pois se houvesse a realização de um número maior de campanhas e projetos, a população seria mais participativa e os cidadãos se tornariam mais sensibilizados e responsáveis com o meio ambiente.”

É fundamental o aperfeiçoamento de políticas nacionais relacionadas à Educação Ambiental e ao Desenvolvimento Sustentável, pois são temas com perfil transversal, com reflexos em várias áreas da vida nacional, e desta forma podemos contribuir na construção de um mundo melhor.

2.1 Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Acredita-se, que a educação para o desenvolvimento sustentável permite que o ser humano adquira valores necessários para formar um futuro sustentável.

A educação para o futuro sustentável significa incluir questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem, por exemplo, mudança climática, redução de riscos de desastres, biodiversidade, redução da pobreza e consumo sustentável. Também requer métodos participativos de ensino e aprendizagem para motivar e empoderar, ou seja, despertar interesses nos alunos a mudar seus comportamentos e tomar atitude em favor do desenvolvimento sustentável. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável promove competências como pensamento crítico, reflexão sobre cenários futuros e tomadas de decisão de forma colaborativa (UNESCO, 2002).

Tudo isto requer uma educação que incentive os alunos na promoção de um futuro sustentável em termos de integridade ambiental, trazendo uma nova visão da educação capaz de ajudar pessoas de todas as idades a entender melhor o mundo em que vivem, tratando da

complexidade e do inter-relacionamento de problemas tais como pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos, que hoje ameaçam nosso futuro (ID., 2002).

A Educação, em todas as suas formas, pode moldar o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos e sociedades com as habilidades, perspectivas, conhecimento e valores para se viver e trabalhar de maneira sustentável. Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é uma visão da educação que busca equilibrar o bem-estar humano e econômico com as tradições culturais e o respeito aos recursos naturais do planeta. A EDS (Unesco, 2002) utiliza métodos educacionais transdisciplinares para desenvolver uma ética para a educação permanente; promove o respeito às necessidades humanas compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais e com as necessidades do planeta; e nutre o senso de solidariedade global.

O Plano de Ação, sugerido na Agenda 21 (ONU) fornece uma série de princípios para auxiliar Governos Federais, Estaduais e Municipais, instituições na implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável. O capítulo 36 da Agenda 21, afirma que a educação é essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Na Agenda são mencionadas três grandes premissas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, sendo elas:

- Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável;
- Aumento da consciência pública;
- Promoção do treinamento (ONU, 1992).

Cada educador e disciplina têm um aspecto que pode contribuir com o conteúdo e pedagogia da EDS. As comunidades podem contribuir com o desenvolvimento dos currículos da EDS de forma a garantir que esses reflitam o conhecimento, as habilidades, perspectivas e prioridades das populações locais. Líderes de governo devem dar passos para reorientar as políticas e sistemas nacionais de educação em direção à EDS e estabelecer metas para cumprir compromissos internacionais. Finalmente, redes e parcerias entre governantes, instituições e organizações, sociedade civil, setor privado e mídia podem auxiliar na tradução de conceitos em objetivos e ações. (UNESCO, 2002, [S.p.]).

Acredita-se, que, com a Agenda 21 pode-se obter um bom resultado referente à educação, pois a mesma propõe um esforço global para fortalecer atitudes, valores e ações que sejam ambientalmente saudáveis e, que apoiem o desenvolvimento sustentável por meio da promoção do ensino, da conscientização e do treinamento.

3 CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Sabe-se que recursos naturais são aqueles que provem da natureza sem nenhuma interferência do homem, tais como solo, água, minerais, etc. A principal preocupação é que nossas riquezas naturais estão se acabando rapidamente por causa do crescimento da população e também o mau uso desses recursos.

Nossa sociedade se conscientizado de que o modelo vigente de crescimento afeta nosso planeta muito mais do que o desejado. Tem-se observado que a destruição da natureza, base da vida, através da contaminação e degradação dos ecossistemas crescem em um ritmo acelerado, motivo pelo qual se torna necessário reduzir o impacto ambiental para a obtenção de um desenvolvimento ecologicamente equilibrado a curto prazo para todo o planeta. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2008, p.1).

Percebe-se que no Brasil existem órgãos e leis para preservação ambiental, e que embora não sejam cumpridas, temos que utilizá-las para manter os recursos ainda existentes, a Lei de nº 9.985, de 18 de julho (Brasil, 2000) no seu Art. 1º, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

De acordo com Gama (2010, p.9) A Lei de Bases do Ambiente - Lei n.º 11/87, de 8 de Abril “aponta como objetivo geral a existência de uma ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria da qualidade de vida.”

Sabe-se que estas leis vieram com o intuito de implementar a conservação do solo para o plantio, proporcionando o bem-estar e também gerando uma renda econômica para um país que possui apenas 12% de solos com boa aptidão agrícola. Através do Decreto-Lei n.º 451, de 16 de Novembro (Brasil, 1982), foi criada a RAN (Reserva Agrícola Nacional).

Na atividade agrícola torna-se necessárias a correção do solo e a utilização de adubos para o plantio. O manejo incorreto do solo- abandono de culturas, queimadas, desmatamento em larga escala, pratica se monocultura e plantio fora da curva de nível – acarreta a perda de fertilidade e condições propicias para erosão. (BRASIL, 2000, p.106).

Com isto a educação quer mudar a forma de pensar e agir das crianças com objetivo de garantir um mundo de melhor qualidade, com a preservação de vários recursos naturais.

A preocupação com a formação do cidadão, capaz de opinar e agir toma no movimento para aperfeiçoamento do ensino de Ciências varias formas que, conforme já observamos, apresentam algumas características comuns e algumas diferenças em relação aos objetivos gerais. (KRASILCHI, 1992, p.5).

Desta forma cabe a escola intermediar este ensino-aprendizagem de conscientização dos nossos recursos naturais.

3.1 Conservação da Água

Atualmente a preocupação com a disponibilidade de água no mundo vem aumentando. Pensava-se que este recurso natural nunca se esgotaria, entretanto devido a sua distribuição geográfica desigual, ao crescimento desordenado da população, ao uso incorreto deste recurso e a poluição de rios e lagos, a água potável está ficando cada vez mais escassa. Por isso, o uso racional da água doce no planeta vem sendo cada dia mais propagado pelos órgãos públicos, e privados. Geralmente este uso racional visa varias estratégias para reutilização e/ou economia com a finalidade de reduzir os impactos que a falta da água pode gerar

[...] está havendo um grande desperdício desse recurso natural, além de seu uso ser destinado principalmente para as atividades econômicas. Atualmente, 69% da água potável é destinada para a agricultura, 22% para as indústrias e apenas 9% usado para o consumo humano. (CERQUEIRA [S.d] ,[S.p.]).

Percebe-se que a muitas pessoas fazem sua parte em colaborar para economizar a água, mas em compensação outros gastam ao extremo, sem pensar a falta que um dia poderá lhe fazer.

A partir do senso comum, os indivíduos desenvolvem representações sobre o meio ambiente e problemas ambientais, geralmente pouco rigorosas do ponto de vista científico. É papel da escola, promover a revisão dos conhecimentos, valorizando-os sempre buscando enriquecê-los com informações científicas. (BRASIL, 2012 , p.45).

Acredita-se que a escola pode e deve conscientizar e sensibilizar todos os alunos e a comunidade em seu torno para a preservação, economia e reutilização dos recursos hídricos. Segundo Branco (1993) a água possui um caso diferenciado, seja para qualquer uso, no final ela retorna a sua origem.

Com isto umas das maiores preocupações são as poluições hídricas. Considera-se água poluída aquela que sofre alterações em sua composição original, geralmente devido a ação do homem.

Para Branco (1993, p.47) "O termo poluição adquiriu, também outro sentido, mais condizente com o conceito de sujidade: sentido ecológico, de alterações das características do ambiente aquático." Contudo trata-se de um problema ecológico seriíssimo, desequilibrando todo ecossistema.

Contudo, temos que trabalhar este assunto nas escolas para que a cada dia mais pessoas sejam conscientizadas e sensibilizadas sobre a importância da preservação deste recurso, reforçando a educação ambiental para a conscientização de todos.

3.2 Conservação do Solo

O solo é um dos recursos naturais mais importantes para a qualidade de vida do homem. Possui múltiplas funções nos ciclos dos nutrientes, no ciclo da água e também é importante para a sustentabilidade dos sistemas naturais, como as florestas primárias e campos, sendo um dos fatores mais relevantes na determinação da tipologia florestal.

Sabe-se que a conservação do solo garante um ambiente mais saudável e produtivo para a atual e para as futuras gerações.

De acordo com Wadt et al (2003, p.9) “A degradação dos solos constitui um prejuízo socioeconômico para as gerações atuais e representa um enorme risco para gerações futuras”, sendo assim nós como cidadãos devemos tomar iniciativas para conservar o solo e utilizar estratégias para recuperá-la.

Uma das principais causas da degradação dos solos é a erosão. Sabe-se que a erosão é um dos principais processos que remove os nutrientes depositados no solo.

Os processos erosivos são intensificados pela exposição direta do solo ao contato com a água das chuvas e pela mineralização da biomassa vegetal logo após o uso do fogo para a limpeza das áreas. Por esse motivo, evitar o uso do fogo no manejo de pastagens e áreas cultivadas é fundamental para diminuir a intensidade dos processos erosivos. (WADT et al., 2003, p.13) .

Além da erosão, a queima de florestas também acarretam a perda de vários nutrientes presentes no solo e importantes para o ciclo das plantas. A prática do desmatamento e o destino inadequado do lixo também são fatores responsáveis pela degradação e pela contaminação do solo.

A contaminação do solo pelo lixo, além de causar a morte de vários animais presentes no solo, pode acarretar o aparecimento de várias doenças no homem e contaminar os lençóis freáticos.

Qualquer que seja o tipo de degradação ou mesmo contaminação do solo é necessário adotar técnicas para a recuperação do mesmo. Existem várias práticas para a recuperação e conservação dos solos e estas podem ser a longo, médio ou curto prazo.

A adoção de práticas de conservação do solo e a recuperação de áreas degradadas evitam a degradação das áreas de produção e a perda de áreas produtivas, o que se enquadra no modelo de desenvolvimento sustentável e ambientalmente correto, com benefícios para o produtor e para a sociedade. (WADT et al., 2003, p.28).

A adoção de práticas para conservação do solo se enquadra no modelo de desenvolvimento sustentável e ambientalmente correto, com benefícios para toda a sociedade. É importante que tais práticas sejam difundidas durante todo o processo educacional, preparando as futuras gerações em relação a manutenção da qualidade de vida em nosso planeta.

3.3 Conservação da Fauna

Sabe-se que a conservação e preservação da biodiversidade é uma questão de grande importância para a manutenção da vida em nosso planeta. A perda da biodiversidade é uma das maiores crises no mundo. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) definiu para 2020 metas claras de redução das taxas de extinção a nível mundial.

Em termos convencionais, o Artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema – define biodiversidade ou “diversidade biológica” como “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.(MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MME..[S.d.], [S.p.]).

Atualmente existem várias espécies ameaçadas de extinção. Ao reduzirmos o número de espécies, conseqüentemente estamos reduzindo as nossas áreas de matas e florestas, o que leva a redução da qualidade de vida e a perda de vários produtos provenientes da natureza. É necessário um trabalho contínuo de conscientização e sensibilização de preservação e conservação da nossa fauna.

Os animais possuem papéis importantes para a manutenção do equilíbrio na natureza. São eles quem dispersam sementes “plantando” árvores, controlam populações de espécies que quando em excesso podem ser prejudiciais as nossas lavouras e criações, e ainda produzem remédios importantes para a cura de muitas doenças. Cada pequeno animal tem sua função específica na natureza e a sua ausência acarreta em prejuízos incalculáveis para a humanidade. (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. [S.d],[S.p.]).

Acredita-se que os animais deixando de fazer seu papel na natureza haverá grande desequilíbrio no nosso ecossistema, sendo assim teremos maiores danos afetando todos os seres vivos.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, é necessário aumentar os investimentos nas Unidades de Conservação (UCs). Denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. Segundo a referida lei estas unidades são "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei" (art. 1º, I.) devido aos benefícios oferecidos à população e setores econômicos. Por ano, as UCs geram até R\$ 4,55 bilhões com a exploração legal de recursos naturais (como madeira e borracha) e com a visitação de turistas em parques e florestas (BRASIL, 1982).

Muitas vezes é necessário usar a criatividade e inovação para driblar os problemas que ocorrem para melhor proteção da nossa biodiversidade por motivos financeiros.

3.4 Conservação da Flora

Sabe-se que o Brasil possui muitos parques e reservas para proteger e conservar nossa Flora, com finalidades educacionais, recreativas e científicas.

Das prováveis 500 mil espécies de plantas superiores existentes no planeta, cerca de 7.000 já foram utilizadas pelo homem ao longo dos tempos. Entretanto, nas últimas décadas vem ocorrendo uma acelerada erosão genética devido basicamente a desmatamentos e incêndios, com o risco atual de mudanças climáticas, comprometendo a existência desses recursos vegetais... (PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS. [S.d][S.p.]).

A conservação da Flora envolve habilidades, conscientização, sensibilização, conhecimentos e competências para assim evitar problemas futuros com nosso patrimônio brasileiro, por isto deve ser bem planejado de acordo com nossa realidade.

Segundo Rodrigues; Gaston, (2002) Bladt et al,(2009) ações de conservação requerem vários tipos de custos. Portanto, no processo de implementação de estratégias de conservação é crucial que o custo e a eficiência das ações sejam considerados na seleção de áreas prioritárias.

O custo a quais se tem não é somente em questão de dinheiro, e sim também locais e pessoas disponíveis para a realização de várias ações

Segundo Colyvan et al (1999) as listas vermelhas das plantas ameaçadas de extinção tornaram-se uma ferramenta essencial para a conservação das espécies em nível nacional e global.

Não apenas por fornecerem dados importantes sobre a atual situação das espécies ameaçadas, Vié et al (2009), como também segundo Scarano; Martinelli (2010). Porque permite o estabelecimento de um vínculo importante entre cientistas e autoridades. Esse vínculo é indispensável para assegurar que as ações de conservação adotadas por todos os setores do governo, pela iniciativa privada e pela sociedade tenham como base as melhores informações científicas disponíveis.

As listas vermelhas são o resultado de um processo científico que permite a classificação das espécies de acordo com seu risco de extinção. Elas exercem o importante papel de fornecer aos dirigentes informações documentadas, com o intuito de respaldar o processo de estabelecimento de prioridades de conservação por parte da sociedade. Dessa forma, ajudam a garantir que os dados científicos adequados sejam considerados quando da elaboração de políticas (BRASIL, 2000).

Sabe-se que as listas vermelhas podem atuar como o elo que faltava e que irá exercer o papel de ponte entre a ciência e a política, suscitando planos de conservação mais realistas e ações mais eficazes.

4 CONCLUSÃO

É oportuno resgatar meios para que os professores da Educação Infantil possam trabalhar para conscientizar as crianças em relação ao Meio Ambiente e Sociedade, como um processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam.

A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Desta forma, o professor deverá utilizar metodologias criativas para obter a atenção e participação de todos os alunos, promovendo a conscientização ambiental. Partindo desse pressuposto, salienta-se

que a infância é a fase das buscas e das sensações onde é possível proporcionar um processo de ligação entre ser humano e natureza.

Portanto o trabalho com a linguagem Natureza e Sociedade na Educação Infantil levará a criança a crescer envolvida em uma ética do respeito e, da preservação da biodiversidade de forma que valorize e cuide de todas as formas de vida com consciência sobre o meio ambiente.

Conclui-se, que para tal o professor pode e deve ser um grande mediador ao levar o aluno a ter conscientização e sensibilização para questões ambientais, a partir de atividades práticas, que envolvam a curiosidade e criatividade da criança. Este trabalho requer um maior aprofundamento a qual mostre uma melhor relação entre as crianças e o Meio Ambiente.

ABSTRACT

NATURE AND SOCIETY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

This paper addresses the Nature and Society . This approach is necessary because the man is every day less concerned with the environment and society. We emphasize here the argument that children in immediatist society are removed from a coexistence with nature and therefore the pedagogical work is necessary with this language so that reapproach the child to the natural environment . The aim of this study is to demonstrate the knowledge of nature and its scientific basis in order to develop reflections on the interaction between society. He tried to understand why the teaching of nature is often factual, not experienced. There is a need Education for Sustainable Development (ESD. This purpose will be achieved through the literature review. The study showed how the man still has little concern for the environmental issues that affect everyone. It has also shown that this purpose can change from awareness and education of Nature and Society in relation to environmental issues in Early Childhood.

Keywords: *Childhood Education. Awareness. Interaction*

REFERÊNCIAS

BRANCO, Samuel Murgel. **Água origem, uso e preservação**. São Paulo, Moderna, 1993.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Ambiental**. Ministério da Educação, Brasília, 2012.

_____, Lei nº 9.985, de 18 de Julho . Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** e dá outras providências, Brasília, 2000.

_____, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, Brasília, 1998.

_____, Decreto Lei nº 451, de 16 de Novembro de 1982. **Institui a Reserva Agrícola Nacional**. Ministério da Agricultura Comércio e Pesca; Ministério da Qualidade de Vida. Disponível em: < <http://dre.tretas.org/dre/16719/>>. Acesso em: 12 nov.2015

CARVALHO, Eduardo. **ONU afirma que Brasil é deficiente na gestão das unidades de conservação**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/05/onu-afirma-que-brasil-e-deficiente-na-gestao-das-unidades-de-conservacao.html>> Acesso: 25 fev. 2016.

FERREIRA, Ivan Dutra. **Ambiente, sociedade e educação**. Brasília : Centro de Educação a Distância– CEAD: Universidade de Brasília, 2006.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Água**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/agua.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Educação Ambiental na sala de aula**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/a-educacao-ambiental-na-sala-40aula.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

GAMA, Lídia Alvarez. **Conservação dos Recursos Naturais: efeitos da implementação dos Planos Diretores Municipais de 1ª Geração**. Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, **A Importância da Fauna**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=621>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

KRASILCHIK, Myriam. **Caminhos do Ensino de Ciência no Brasil: Em aberto**, Brasília, 1992.

MARTINELLI, Gustavo; MORAES, Miguel Avila . **Livro vermelho da flora do Brasil: Texto e organização**. Tradução Flávia Anderson, Chris Hieatt. 1. ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MME. **Áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da flora brasileira ameaçada de extinção**. Rio de Janeiro. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MME. **Conceitos Educação Ambiental**.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MME.. **Convenção da Diversidade Biológica** - CDB
Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em: 11 set. 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas e Ministério do Meio Ambiente – MME. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 12 nov.2015

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Conservação dos Recursos Naturais**. 2008.
Disponível em: < <http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/5798/conserva%20cao-de-recursos-naturais>> Acesso em: 19 mai. 2015

PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS. **Programa de conservação da flora do bioma Mata Atlântica**.

Disponível em:<<http://jardimbotanico.pocosdecaldas.mg.gov.br/node/7>>
Acesso em: 15 mar. 2016.

UNESCO. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2005-2014.
Disponível em:<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/education-for-sustainable-development/>>Acesso em: 28 mar. 2015

WADT, Paulo Guilherme Salvador e et al. **Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2003.